

# PETIÇÃO Nº 212/XII/2<sup>A</sup>

69 febr - 12h

Por determinação de Sua Excelência a Presidente da A.R., Dr. Vítor - Presidente

Deputado Guilherme  
Já se encontra-se  
se tiver disponibilidade,  
para receber a  
petição  
Objeto  
n.º 7.11.2012

Assunto: FW: Pedido de audiência  
Anexos: PETIÇÃO texto para AR.pdf

De: Direcção [mailto:snesup@snesup.pt]  
Enviada: quarta-feira, 7 de Novembro de 2012 11:17  
Para: GABPAR Correio  
Assunto: Pedido de audiência

Exma. Senhora  
Dra. Assunção Esteves  
Presidente da Assembleia da República  
Assembleia da República  
Palácio de São Bento  
1249-068 Lisboa

Assembleia da República Gabinete da Presidente
Nº de Entrada <u>447971</u>
Classificação <u>1502</u>
Data <u>07/11/20</u>

Ai...  
Educação, licenciatura e  
a completar (80) por ser  
matéria.  
4.2012-11-16  
Paulo

Assunto: Pedido de audiência

Os docentes do ensino superior e investigadores, profissionais com elevada qualificação, e as instituições de ensino superior, organizações com altas responsabilidades, têm vindo a ser confrontados com um conjunto de interpretações de legislação orçamental aprovada pela Assembleia da República que tem criado um ambiente de insatisfação e instabilidade agravado ainda pelas enormes restrições financeiras que colocam já em causa o normal funcionamento deste sector manchando a qualidade do ensino e da investigação científica.

Foi recentemente lançada uma petição apelo pelo cumprimento das obrigações legais do Estado para com o Ensino Superior e a Ciência onde se dá conta de um conjunto de situações que importam ser resolvidas em prol de um Ensino Superior e Ciência de elevada qualidade e que conta já com mais de 5000 signatários e cujo texto enviamos em anexo.

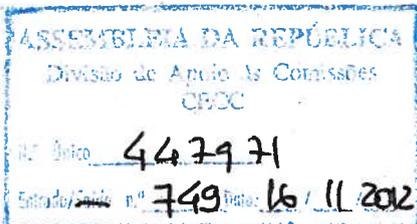
Porque este é um assunto da maior importância solicitamos com a máxima urgência audiência com vista a entregar a petição em apreço e apresentar os problemas que estão a ser criados ao normal funcionamento do Ensino Superior e Ciência.

Lisboa, 7 de novembro de 2012  
Pelos Subscritores,

Professor Doutor Paulo Ferreira da Cunha  
Professora Doutora Teresa Almeida  
Professor Doutor António Vicente

Anexo: Texto da petição

Av. 5 de Outubro,104, 4º - 1050-060 LISBOA - Telefone 217 995 660 - [snesup@snesup.pt](mailto:snesup@snesup.pt)



# PETIÇÃO

## APELO

Pelo cumprimento das obrigações legais do Estado  
para com o Ensino Superior e a Ciência

**Aos Grupos Parlamentares**  
**Ao Ministério da Educação e Ciência**  
**Ao CRUP e ao CCISP**

As carreiras docentes do ensino superior e a carreira de investigação científica são carreiras de elevada qualificação, exigência e responsabilidade. Têm expressão numa hierarquia académica assente na detenção de habilitações científicas superiores e na realização de concursos e provas que as distinguem da generalidade das carreiras tuteladas pelo Estado. Estas qualificações não podem ser desprezadas, esta hierarquia não pode ser subvertida.

Um professor investido numa determinada categoria, detentor de habilitações científicas adequadas, assegurando novas responsabilidades, não pode ser remunerado como se ainda as não detivesse ou como se exercesse ainda as anteriores funções, sem colocar em causa não só expectativas legítimas mas também princípios básicos no nosso Direito, quer em matéria laboral, designadamente os da segurança jurídica e da igualdade, quer em matéria de organização das instituições de ensino superior.

A vida destas instituições tem vindo a ser desnecessariamente perturbada por interpretações de legislação orçamental aprovada pela Assembleia da República que se repercutem no ambiente académico e na essência da vida profissional, potenciando a insatisfação, a instabilidade e o conflito em organizações já muito abaladas no seu funcionamento pela multiplicação de restrições financeiras.

Tais interpretações surgem em grande parte por não estarem documentadas no processo legislativo as intenções e a fundamentação subjacentes à produção das normas cuja leitura vem criando dificuldades e por não se cumprirem sequer os procedimentos de negociação coletiva que preveem a participação das associações sindicais representativas.

Aos Grupos Parlamentares e ao Governo, através do Ministério da Educação e Ciência, solicitamos que, dando cumprimento às obrigações legais que este já reconheceu existirem para com o Ensino Superior e a Ciência, façam respeitar as remunerações devidas a cada categoria e clarifiquem que os detentores dos graus e títulos académicos são remunerados de acordo com as posições decorrentes das escalas indicárias previstas na legislação vigente, com produção de efeitos à data em que ocorreu ou venha a ocorrer a obtenção destes graus ou títulos.

Ao CRUP e ao CCISP solicitamos que expliquem aos Grupos Parlamentares e ao Governo a indispensabilidade de assim se proceder, e que, tal não sucedendo, não deixem de criar condições para se repor o cumprimento da lei, em último caso através da sua interpretação por via judicial.

A bem da qualidade do trabalho e dos desígnios maiores das instituições de ensino superior que são a formação das novas gerações e a produção de conhecimento, pedimos a todos os destinatários deste apelo para que envidem todos os esforços para resolver imediatamente esta situação.

Os signatários